

Índice

PREFÁCIO	7
Sobre a situação em que se deu o terramoto	10
Relatos do terramoto	12
Repercussões	13

IMMANUEL KANT ESCRITOS SOBRE O TERRAMOTO DE LISBOA

Acerca das causas dos tremores de terra, a propósito da calamidade que, perto do final do ano passado, atingiu a zona ocidental da Europa	31
História e descrição natural dos estranhos fenómenos relacionados com o terramoto que, no final do ano de 1755, abalou uma grande parte da terra	41
Explicação preliminar da natureza do solo terrestre no seu interior	42
Dos prenúncios do último terramoto	45
O terramoto e o maremoto do 1.º de Novembro de 1755 ..	47
Reflexões acerca da causa deste maremoto	48
O terramoto de 18 de novembro	55
O terramoto de 9 de dezembro	55
O terramoto de 26 de dezembro	57
Dos intervalos que decorrem entre vários terramotos sucessivos	58
Da fornalha da combustão subterrânea e dos lugares onde os terramotos são mais frequentes e perigosos ..	60

Da direção em que o solo é abalado por um terramoto . .	63
Da relação dos terramotos com as estações do ano.	65
Da influência dos terramotos na atmosfera	66
Da utilidade dos terramotos	68
Considerações finais	73
 Considerações adicionais acerca dos tremores de terra que, de há algum tempo a esta parte, se têm feito sentir	 77
 POSFÁCIO	 87

Prefácio⁽¹⁾

Os grandes processos ou acontecimentos de uma época são frequentemente vistos como marcos da História, com os quais relacionamos o que «antes» ou «depois» deles aconteceu. Só muito raramente essas sinalizações resultam da fixação arbitrária de uma qualquer data. Os acontecimentos que marcam uma época, como as revoluções, invenções ou catástrofes, são, acima de tudo, aqueles após os quais «o mundo parece diferente» do que era antes. O terramoto de Lisboa de 1755 faz parte desses acontecimentos do século que «mudaram o mundo», daí que não seja de admirar que Johann Peter Hebel, na sua narrativa *Unverhofftes Wiedersehen*, a fim de retratar em termos concretos a longa existência de uma mulher que viveu no século XVIII, refira também, como exemplo dos muitos acontecimentos importantes ocorridos no seu decurso, o terramoto de Lisboa. Pressupunha-se assim que a destruição da capital portuguesa constituía para o leitor um ponto de referência temporal, à semelhança do que o fim da Segunda Guerra Mundial ou o desmembramento da União Soviética podem representar para nós, leitores do século XX⁽²⁾. A verdade é que, mesmo nos nossos dias, nos reportamos ainda a esse grande terramoto do século XVIII, como se pode verificar pelo facto de quando, na primavera de 1992, a terra tremeu na Bélgica

(¹) Corresponde à introdução da obra: *Die Erschütterung der vollkommenen Welt: Die Wirkung des Erdbebens von Lissabon im Spiegel europäischer Zeitgenossen*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1994.

(²) O texto de Wolfgang Breidert foi publicado em 1994.

e países circunvizinhos, se ter lido nos jornais que aquele fora o abalo mais forte desde sempre, embora com consequências nem de longe tão devastadoras quanto o de Lisboa.

O terramoto de Lisboa foi uma catástrofe de enorme dimensão e vastas repercussões. É, no entanto, possível que não se descortine, hoje em dia, qualquer interesse em dissertar sobre tão infausto acontecimento. Conceitos como os de «catástrofes técnicas», «proteção contra catástrofes» e «medicina de catástrofes» são, na verdade, criações do nosso tempo. As duas guerras mundiais ainda não estão assim tão distantes de nós. O século xx conheceu o naufrágio do *Titanic*, mas também o extermínio dos judeus e de outros grupos marginalizados, nos campos de concentração nazis, onde o nome «Auschwitz» resalta como paradigma. Conhecemos igualmente as catástrofes de Estalinegrado, Dresden e Hiroxima. À primeira vista, porém, parece existir uma diferença fundamental entre a destruição de Lisboa e estas catástrofes mais recentes. Com efeito, enquanto a primeira, à semelhança, por exemplo, da de Pompeia, decorreu de um fenómeno *natural*, os funestos eventos da nossa época foram fruto da ação *humana*. Se neste último caso, por conseguinte, os homens podem ser considerados autores ou molas propulsoras de acontecimentos em que outros homens e a própria Natureza surgem como vítimas, já no anterior é a Natureza que desempenha o papel de agente e as vítimas serão os homens, no quadro das suas instituições culturais, mas também outros seres vivos, como os animais e as plantas. Em ambos os casos, porém, verifica-se uma identidade parcial entre as esferas das vítimas e dos «algozes».

Ora, nós, longe de aceitarmos com resignação as catástrofes, temos tendência a procurar as suas causas. Todavia, esta busca dos fatores que causam ou desencadeiam uma catástrofe conduz, em épocas e contextos culturais diferentes, a resultados igualmente diferentes. É assim que a sua «autoria» tanto pode ser atribuída ao destino como aos deuses, à Natureza como aos seres humanos, ou até mesmo a uma «falha humana».

Na distinção entre catástrofes provocadas por ação humana e catástrofes naturais, não se tem, na maioria das vezes, em conta

os pressupostos metafísicos e a opção por uma determinada perspectiva que lhe estão subjacentes. Se lermos as reflexões dos contemporâneos do terramoto de Lisboa, veremos claramente que eles nem sempre encaravam os fenómenos naturais como independentes do comportamento humano. A distinção entre catástrofes naturais e catástrofes provocadas pelo Homem torna-se, assim, pouco nítida.

Mesmo em tempos mais recentes, a responsabilidade pelas catástrofes naturais é frequentemente atribuída ao Homem. Anders Wijkman, presidente do Comité de Auxílio em Situações de Catástrofe, da Cruz Vermelha Internacional, e o jornalista Lloyd Timberlake escreveram, num livro originalmente publicado em 1984: «As catástrofes são acontecimentos sociais e políticos suscetíveis de ser impedidos e que, em muitos casos, efetivamente o são.» Em tom menos provocatório, afirmam um pouco atrás: [Em algumas catástrofes] «desencadeadas por fenómenos naturais – como tremores de terra, erupções vulcânicas ou furacões – as suas consequências são agravadas pela imprudência humana». O título original deste livro lançava ainda a questão se as catástrofes naturais eram obra de Deus ou do Homem. O título alemão evita esta ousadia teológica, avançando de imediato com o conceito de vingança: *A vingança da Criação – Catástrofes naturais: fatalidade ou obra humana?* A tendência generalizada nos finais do século xx para atribuir às pessoas a responsabilidade pelas catástrofes também pode ser lida numa perspectiva individualista. Com efeito, se atribuirmos a uma pessoa inteira responsabilidade pelo seu destino, na medida em que o consideramos fruto de uma escolha metafísica individual, tudo quanto do exterior a possa atingir será visto como decorrente dessa mesma escolha – o que equivale a dizer que tanto a sua sorte como o seu azar serão forjados por ela própria.

Também vista sob um outro ângulo, a distinção entre catástrofes naturais e catástrofes de origem humana parece em vias de se esbater. Afinal, se o próprio Homem é parte da Natureza, isso significa que as catástrofes por ele desencadeadas também têm uma origem natural. Ou seja, se por um lado o

responsabilizamos em demasia, por outro responsabilizamo-lo de menos. Diga-se, porém, que estas imputações de culpa têm por base pressupostos que estão longe de ser evidentes e, se acaso o parecerem, um olhar sobre os textos do século XVIII será suficiente para dissipar essa impressão.

Sobre a situação em que se deu o terramoto

Na época do Renascimento, o desenvolvimento da ciência e da técnica conhecera um forte incremento, alicerçado nos ofícios medievais e nas universidades criadas no âmbito da Escolástica. O sucesso da física empírica quantitativa, bem como a expansão espacial e metafórica da ciência – paradigmaticamente marcada pela invenção do telescópio e do microscópio – conferiram aos novos tempos o seu impulso de arranque. O domínio técnico-científico da Natureza parecia não conhecer fronteiras, ou não fosse a teoria da gravitação de Newton uma doutrina que abrangia espacialmente todo o cosmos, incluindo os seus pontos mais longínquos. A interpenetração de todos os domínios fenoménicos converteu-se no objetivo iluminista de uma época de otimismo gnosiológico. Num mundo enformado pela teologia cristã, tal significava que também a teologia devia assentar numa base racional, pois o cristianismo, em última análise, fizera de Deus um ser onisciente e racional. O objeto e o método da teologia racionalista pareciam assim em harmonia. O facto de, para além do mais, este Deus *único* dever ser, em si mesmo, o amor e a bondade ilimitados, mas também, simultaneamente, um ser todo-poderoso, desembocou na exigência – latente desde a Patrística e explicitamente formulada em Pierre Boyle – de uma teodiceia, uma justificação de Deus contra a censura de ser Ele o autor de todo o mal deste mundo. Leibniz impôs a si mesmo este desafio e tentou, com a sua *Teodiceia* (1710), defender Deus contra todos os ataques. Tendo em consideração as «verdades eternas» a que também Ele estaria vinculado, Deus teria criado o *melhor* de todos os mundos possíveis. Este otimismo implicava

a ideia de que qualquer pequena alteração, por muito ínfima que fosse, na ordem das coisas criadas, e nomeadamente a erradicação de um qualquer mal, produziria um mundo em todo o caso pior do que o criado por Deus. Daí que já Leibniz também considerasse que uma mera redução da diversidade das criaturas representava um empobrecimento do cosmos. Pondo a questão em termos drásticos: um mundo sem o vírus da peste ou da sida não estaria completo. Seria, por conseguinte – em circunstâncias idênticas – inferior ao existente.

O facto de o pensamento do filósofo Leibniz se ter limitado, em larga medida, a expressar o espírito do seu tempo é-nos demonstrado pelo grande poema didático de Alexander Pope, *An Essay on Man* (1733s.), que culmina no aforismo, por diversas vezes repetido, «What ever is, is right». Assim como Händel, na sua oratória *Jephtha*, trabalhou musicalmente esta máxima, também literatos criacionistas da época deram voz, nas suas obras poéticas, à glorificação leibniziana deste mundo.

Quando o poema de Pope surgiu em francês, numa tradução deturpada, constituiu motivo de escândalo devido ao facto de nele se negar a ideia de que o mundo tivesse sido criado unicamente para a humanidade. Para além disso, o seu autor foi – injustamente – considerado um mero epígono de Leibniz. Daí adviriam consequências para a História das Ideias, dado que a difusão do determinismo leibniziano, por intermédio de Christian Wolff, seria inicialmente encarada como um perigo político na Prússia, e a tal ponto que esse grande racionalista se viu forçado a fugir de Halle para Marburgo, para conseguir escapar à forca. Mesmo depois de ter sido reabilitado por Frederico II, em 1740, continuou a ter numerosos adversários. A Academia das Ciências prussiana promoveu então, pela mão de Maupertuis, seu presidente e admirador de Newton – e envolvido com Samuel König num conflito de prioridades em desfavor do há muito falecido Leibniz –, três concursos que tinham por objetivo demonstrar a falsidade da filosofia leibniziana. Pela mesma razão, o concurso de 1753 foi consagrado a um exame crítico, isto é, a uma refutação da máxima de Pope «O que quer que exista é bom».